

CARTA POLÍTICA #197

10 de Abril de 2020

“Será que seria inteligente dar um remédio para 85% das pessoas que não precisam desse remédio, um remédio que tem efeitos colaterais, será que vale a pena?”

(Henrique Mandetta)

A semana seguiu com as respostas à pandemia, com ambos os lados mantendo as suas posições. A questão do uso da cloroquina foi politizada, com apoiadores do presidente argumentando que a resistência do Ministério da Saúde ao seu uso se dá para aprofundar a crise econômica e enfraquecer Bolsonaro. O aumento da tensão entre o presidente e Mandetta só aumentou. Sua permanência à frente da Saúde deve ter-se tornado insustentável, mas o forte apoio popular ao ministro, evidenciado no momento que o entorno do presidente fez vaziar à imprensa a intenção de demiti-lo, fez com que o Planalto o mantivesse... por enquanto.

Enquanto isso, a Economia e o Congresso andam em conjunto para aprovar e executar as medidas de socorro econômico ao país. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que o déficit fiscal deste ano poderá alcançar R\$ 500 bilhões. Apesar das medidas estarem sendo desenhadas dentro do arcabouço de um “Orçamento da Guerra”, fazendo com que todas as eventuais benesses fiquem restritas a 2020 e não danifiquem de forma permanente o esforço fiscal, alguns membros da equipe já admitem que parte dos dispositivos deve se estender até 2021, e que a meta fiscal deve ser revisada para pior também para o ano que vem.

Na semana que vem, o Senado deve apreciar a matéria da PEC do Orçamento de Guerra, já aprovada na Câmara. Há resistência por parte dos Senadores ao dispositivo que permitiria que o Banco Central comprasse títulos do Tesouro. Na semana, a Câmara deve votar o novo Plano Mansueto, de socorro aos Estados, além da MP do Contrato Verde e Amarelo, que incentiva a contratação de jovens.